

OPINIÕES

As opiniões assinadas não refletem, obrigatoriamente, o pensamento do jornal.

“Se algum dia vocês forem surpreendidos pela injustiça ou pela ingratidão, não deixem de crer na vida, de engrandecê-la pela decência, de construí-la pelo trabalho.” Edson Queiroz

IDEIAS



Cachês artísticos

Venusto da Silva Cardoso
Promotor de Justiça do MPCE

As festas públicas ocupam lugar legítimo na vida dos municípios. Preservam tradições, aquecem a economia e oferecem à população espaços de convivência. O debate, portanto, não deve partir da negação da cultura, mas da necessidade de qualificar escolhas públicas, sobretudo no período pré-eleitoral, quando toda despesa de maior visibilidade exige cautela redobrada.

A contratação de grandes atrações artísticas deixa de ser apenas decisão administrativa ordinária. Passa a dialogar com valores republicanos sensíveis: impessoalidade, transparência, economicidade e respeito às prioridades coletivas. Não se trata de presumir irregularidades, mas de reconhecer que a proximidade do calendário eleitoral recomenda sobriedade, evitando que a festa, ainda que culturalmente relevante, seja percebida como instrumento de projeção política.

O Brasil vive realidade social complexa. Muitas famílias enfrentam endividamento, perda de poder aquisitivo e dificuldade de acesso a serviços básicos. Nos pequenos municípios, a pressão é ainda mais evidente: unidades de saúde demandam insumos, escolas precisam de estrutura, estradas vicinais exigem manutenção, servidores aguardam pagamentos regulares e a assistência social recebe demandas crescentes. Nesse cenário, cada real aplicado em festividades deve ser justificado com rigor.

Monitorar cachês não significa hostilidade à cultura nem desvaloriza-

Muitas famílias enfrentam endividamento, perda de poder aquisitivo e dificuldade de acesso a serviços básicos

ção dos artistas. Significa submeter o gasto público ao mesmo padrão de racionalidade exigido de qualquer despesa estatal. A pergunta essencial não é se a festa pode ocorrer, mas se o valor contratado é compatível com o mercado, a capacidade financeira do município e as necessidades da população.

Há caminhos seguros: pesquisa de preços idônea, comparação com contratações anteriores, detalhamento dos custos, publicidade integral, manifestação do controle interno e demonstração de que o evento não comprometerá saúde, educação, saneamento ou folha de pagamento. Esses cuidados protegem o gestor, qualificam a política cultural e fortalecem a confiança social.

No período pré-eleitoral, a prudência não diminui a festa; confere legitimidade a ela. O gestor que planeja, justifica e presta contas demonstra respeito ao cidadão e ao patrimônio cultural do município. A festa pública pode continuar sendo celebração. Mas, em tempos de escassez, deve ser também exemplo de responsabilidade.

CHARGE



Respeito ao Nordeste

Danilo Forte
Deputado federal

Acompanhamos com apreensão, nas últimas semanas, os atropelos institucionais e federativos promovidos pelo governo federal na tentativa de preservar os efeitos do Leilão de Reserva de Capacidade, um certame que poderá impor um custo superior a R\$ 500 bilhões aos consumidores.

Mesmo após a Justiça Federal do Ceará determinar a suspensão do leilão, a União optou por dar andamento aos procedimentos de homologação do certame, acrescentando ao episódio mais um capítulo de insegurança jurídica e de questionamentos sobre o respeito às instituições democráticas.

Em um Estado Democrático de Direito, divergências jurídicas são naturais e fazem parte do funcionamento das instituições. Existem recursos e instrumentos legais para contestar decisões. O que não se pode admitir são as tentativas de esvaziar a autoridade do Poder Judiciário e do Congresso quando suas decisões contrariam interesses políticos ou econômicos.

A preocupação torna-se ainda maior quando surgem insinuações de que uma decisão judicial teria menor relevância por ter sido proferida por um magistrado do Nordeste. Questionar a legitimidade de uma decisão por sua origem regional é reproduzir um preconceito histórico que o Brasil deveria ter superado há muito tempo. O Nordeste não é periferia da República. Pelo contrário. É uma das regiões mais estratégicas para o presente e para o futuro energético do país.

Estamos falando da região que lidera a expansão das energias renováveis no Brasil e reúne algumas das melhores condições do planeta para geração limpa

Mais preocupante ainda é o fato de o desenho do certame ter deixado de contemplar, sem justificativas, fontes renováveis que representam a principal vocação energética e econômica da região.

Estamos falando da região que lidera a expansão das energias renováveis no Brasil e reúne algumas das melhores condições do planeta para geração limpa. Ignorar esse potencial não é apenas uma escolha técnica questionável. É uma decisão que precisa ser debatida com transparência, submetida ao escrutínio público e devidamente explicada à sociedade.

O contraste torna-se ainda mais evidente diante dos 497 projetos de geração renovável atualmente paralisados no Nordeste, dos bilhões de reais em investimentos cancelados e dos impactos sobre emprego, renda e desenvolvimento regional. São questões que merecem respostas claras do governo federal.

Leia o conteúdo completo em diariodonordeste.verdesmares.com.br